

A Contra-argumentação dos Fundamentos Hierocráticos no Terceiro Livro da *De Monarchia* de Dante Alighieri

MOISÉS ROMANAZZI TÔRRES^{1*}

O Terceiro Livro da *De Monarchia*, que fecha o ensaio de Filosofia Política de Dante Alighieri, tem por finalidade a demonstração que o encargo do Império provém imediatamente de Deus. Este livro finaliza com a teoria inovadora das Duas Beatitudes, o ponto máximo do ensaio. Porém, para chegar a tal demonstração e finalizar com tal teoria, Dante vai ter que, inicialmente, apresentar os principais argumentos hierocráticos, fazendo em seguida a contra-argumentação destes e, com isto, estabelecendo seu princípio de autonomia do poder imperial.

Antes de tudo, Dante apresenta seus interlocutores. Avisa que, contra a verdade que busca, erguem-se três espécies de homens: a) o papa, reconhecido como vigário do Cristo e sucessor de Pedro (ou, em outras palavras, aquele a quem devemos não o que é de Cristo, mas o que é de Pedro), que lhe contradiz não por orgulho, mas por zelo; b) os "pastores dos cristãos", estes movidos pelo zelo da Santa Madre Igreja e não pela soberba; e c) os que têm a razão obscurecida pela cupidez, identificados como "filhos do demônio". Dante não deixa de esclarecer bem quem são estes últimos: os decretalistas. Estes são excluídos da discussão por ser considerada sua obra como perniciososa. Vejamos então o que Dante nos diz a respeito deles:

"(...) ignorantes de teologia e filosofia, (...) entregando-se com toda intenção às suas Decretais (que, por outro lado, considero que merecem veneração), põem a esperança no prevalecimento delas, e desacreditam assim o Império" (DANTE, s/d: III,III,179)².

A razão de sua perniciosidade está, segundo Dante, no fato que eles costumam dizer que as tradições da Igreja são o fundamento da fé; mas, em verdade, sabemos que

* Professor Adjunto, Nível IV, de História e de Filosofia, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

² Todas as citações da *De Monarchia* realizadas neste artigo foram feitas a partir da tradução em língua portuguesa de Carlos de Soveral, cotejando, no entanto, com os textos italiano e latino (língua original) da edição de Frederico Sanguineti.

uma parte da Escritura é anterior à Igreja, uma outra é contemporânea e outra, enfim, é posterior a ela. Antes da Igreja estão o Antigo e o Novo Testamento, contemporâneo são os veneráveis concílios e os escritos de Padres como Santo Agostinho, posteriores são as tradições, a que chamamos Decretais. Estas, ainda que sejam dignas devido sua autoridade apostólica, devem ser colocadas depois das Escrituras (onde está o verdadeiro fundamento da fé). Se as tradições da Igreja são a ela posteriores, Dante conclui que delas não promana a autoridade da Igreja, mas, ao inverso, são as tradições que se autorizam com a Igreja. Assim, não há como debater com os que só contam com as tradições. Dessa forma, seus interlocutores ficam sendo os primeiros e os segundos *"que, animados de um activo amor para com a Santa Madre Igreja, ignoram a verdade que buscamos"* (DANTE, s/d: III,III,179).

A partir de então, Dante vai apresentar, para em seguida refutar, todos os habituais argumentos hierocráticos, inicialmente os que se originam nas Divinas Escrituras e posteriormente aqueles que têm origem na história dos romanos e na razão humana. Devemos, uma vez mais, seguir sobre os passos de Dante se quisermos observar adequadamente seus princípios sócio-políticos.

A primeira tese contestada por nosso pensador é a das duas luminárias. Os seus adversários, baseando-se no *Gênesis*, sustentam que Deus criou duas luminárias, uma maior e a outra menor, para presidir o dia e a noite. Eles as consideram símbolos que representam os dois poderes, espiritual e temporal. Na exata medida que a Lua, a pequena luminária, não tem luz própria (a recebe do Sol), o poder temporal recebe tal poder do poder espiritual.

Dante vai, em contraposição, afirmar que, por um lado, tal correlação é falsa já que esses dois poderes são acidentes do homem (segundo Dante são como remédios à fraqueza gerada pelo pecado), assim não poderiam ter sido criados no quarto dia (quando o foram as luminárias) porque seria seguir uma ordem inversa: produzir os acidentes antes do sujeito (o homem é criado apenas no sexto dia).

Por outro, se é verdade que a Lua não possui luz própria e que a recebe do Sol, isto não significa que a Lua exista mercê do Sol. Dante identifica que na realidade existem três coisas diferentes: uma é a existência da Lua, outra seu poder, ainda outra sua atuação. Com relação aos três aspectos, a Lua não depende do Sol: o seu movimento provém do seu próprio motor, e a influência que exerce é devido aos seus próprios raios

(a Lua tem vida própria). Só por um aspecto accidental recebe alguma coisa do Sol: uma luz abundante que melhora e torna mais eficiente sua atividade.

Segundo Maurice Gandillac, tal explicação, que se baseia em admitir a idéia de uma luz própria à Lua, segue a opinião de Brunetto Latini (pensador itálico do século XIII). Segundo Latini, a Lua não é uma "estrela" que brilha por ela mesma, exceto por uma fraca luminosidade; mas, apesar disto, ela possui forma e virtude próprias: ela apenas vai receber do Sol um essencial suplemento de luz. Para Gandillac, Dante, baseado nesta observação prévia, conclui que o regime temporal não deve ao espiritual nem seu ser, nem suas virtudes, nem sua operação (funcionamento); mas apenas a "luz da graça" vinda primeiramente de Deus e, secundariamente "sobre a terra", do sucessor de Pedro, o papa (GANDILLAC, 1991: 128-130).

Realmente Dante vai afirmar isso literalmente, vejamos em suas palavras:

"Afirmo, então, que o poder temporal não recebe do espiritual nem a existência, nem a faculdade que é a autoridade, nem mesmo o exercício puro e simples. Recebe, sim, do poder espiritual aperfeiçoamentos accidentais: age com maior eficácia pela luz da graça que Deus, no céu, e a benção do Sumo Pontífice, na terra, lhe infundem" (DANTE, s/d: III, IV, 184).

Sem dúvida alguma esta conclusão pode ser considerada a síntese do Terceiro Livro. De fato, a idéia central que Dante defende é a de dois poderes distintos e colocados no mesmo plano. Tal idéia vai ser, normalmente, identificada pelos dantólogos em geral (não somente por Maurice de Gandillac) através da imagem de um duplo Sol. São assim efetivamente "dois Sóis" que dirigem a Cristandade. Mas ela não corresponderia, na argumentação dantesca, a uma grave contradição?

De fato, como Dante pode admitir tal conclusão: a da relação que deve existir entre os dois poderes ser derivada diretamente da que verdadeiramente existe entre o Sol e a Lua, se ele mesmo, um pouco antes, afirma e demonstra o porquê da concepção, hierocrática, das duas luminárias representarem os dois poderes ser insustentável. Mas é que a acuidade intelectual de nosso pensador encontra aqui uma solução prévia: antes mesmo de apresentar o seu outro argumento de refutação da tese hierocrática das duas luminárias, ele "concede" aos seus adversários o primeiro de seus erros e, desta forma,

além de excluí-lo de toda a discussão posterior, ameniza o tom do questionamento. Vejamos em Dante:

"Concedamos tal erro, e, de facto, uma distinção no-lo patenteará como desprovido de conseqüência. Refutar distinguindo é, com efeito, benévolo para o adversário, que assim não é tratado de mentiroso, tal como seria se tudo nele víssemos errado" (DANTE, s/d: III,IV, p.183).

Passa então a contestar cinco outros argumentos hierocráticos: os dois primeiros também retirados do Antigo Testamento, os dois seguintes do livro de Mateus e o último do livro de Lucas. Ao nosso ver, entre estes, merecem destaque especial o referente ao poder de ligar e desligar (do livro de Mateus) e o que trabalha a questão dos dois gládios (do de Lucas), por serem, ao longo do processo multissecular de duelo entre os dois poderes, os mais freqüentemente empregados.

Segundo os defensores da hierocracia, o sucessor de Pedro possui, por concessão divina, o poder de ligar e desligar já que Cristo disse a Pedro que tudo o que ele ligasse na terra seria ligado no céu, e tudo o que ele desligasse na terra seria desligado no céu (SÃO MATEUS, XVI, 19, *apud* Dante, s/d: III,VIII,189). Baseado nisto, eles defendem que o papa tem o direito de ab-rogar as leis e decretos do Império e também o de promulgar leis e decretos para o domínio temporal. A refutação dantesca se encaminha no sentido de considerar que o trecho não deve ser tomado num sentido absoluto e que, ao inverso, compreende uma matéria restrita. Dante acredita, estudando o texto bíblico, que tal matéria seja de fato o ofício das chaves (Pedro seria o porteiro do reino dos céus e tão-somente), não havendo nisto, portanto, nenhuma concessão divina com relação ao poder imperial ou ao poder temporal em geral, já que estes em nada se articulam com o ofício das chaves.

Igualmente os hierocratas atestam que as palavras de Pedro, dirigidas a Cristo, sobre os dois gládios, que se encontra no livro de Lucas (SÃO LUCAS *apud* Dante, s/d: III, IX, 191), significam duas jurisdições, as quais Pedro disse que estavam onde ele estava, ou seja, junto dele. De onde concluem que elas, de acordo com a autoridade, residem no sucessor de Pedro. A contestação de Dante é precisa. Segundo ele, uma vez mais pormenorizando o texto bíblico, se as palavras de Pedro (como as de Cristo) devem ser entendidas em um sentido simbólico, não se deve, entretanto, à palavra

gládio, dois gládios, dar o sentido de uma dupla jurisdição; mas, de fato, o que Pedro dizia era que estavam preparados, com a palavra e com a ação, para executarem os desígnios de Cristo.

Terminadas as exposições e refutações dos argumentos baseados na Escritura, Dante passa a expor e contestar os que têm sua raiz na história dos romanos e na razão humana. No primeiro, os hierocratas defendem a tese que o que pertence à Igreja não pode ser legitimamente possuído se não for recebido da Igreja e, segundo eles, o governo dos romanos pertence à Igreja. A base desta argumentação está na famosa Doação de Constantino, onde este imperador teria doado à Igreja, Roma, capital do Império, e com ela muitas outras dignidades deste.³ Dante refuta tais argumentos constatando que nem Constantino podia alienar a dignidade do Império, nem a Igreja podia tê-lo aceitado.

Como ninguém tem direito de servir do cargo que recebeu para agir contra esse cargo, o imperador não poderia ter cindido o Império, ou, pelo menos, isto não seria lícito, porque seu cargo implica exatamente impor ao gênero humano um querer e um não querer únicos. Além disso, como a Igreja tem seu alicerce em Cristo; o Império tem seu fundamento no direito humano. Como não é permitido à Igreja se opor ao seu alicerce, também ao Império não é legítimo fazer algo contra o direito humano. Como cindir o Império seria destruí-lo, e como isto contradiz o direito humano já que o Império consiste precisamente na unidade da Monarquia Universal, fica evidente que o poder do Império age ilicitamente ao cindi-lo. Finalmente, o imperador existe para o Império e não ao contrário, uma vez que o juiz é feito para a jurisdição, e não o inverso. Disto resulta que o imperador, enquanto imperador, não pode alienar a jurisdição do Império porque é deste que recebe a sua qualidade.

Também a Igreja não poderia ter aceitado a dignidade do Império porque, simplesmente, não está habilitada a receber, como possuidor, bens temporais (somente pode recebê-los como "dispensador dos frutos", em prol da Igreja e dos pobres de

³A Doação de Constantino passava, como observa Ulmann, por ser uma concessão através do qual o imperador romano Constantino outorgava poder supremo à Igreja e domínio absoluto sobre a Península Itálica ao papa Silvestre I. Mas era uma falsificação papal do século VIII, divulgada pela primeira vez em 755, quando o rei dos francos, Pepino, *o Breve* encerrou uma campanha militar para defender o território papal das incursões lombardas, confirmando o documento. Ele continuou assim sendo sempre citado em apoio às reivindicações papais, notadamente das hierocráticas, de poder temporal na Itália, até que Lourenço Valla demonstrou (em 1440) ser um documento espúrio (ULMANN, 1990: 119 – 120).

Cristo). Ou, em outras palavras, a Igreja não pode aceitar possessões contrárias ao conselho evangélico da pobreza. Com efeito, a simpatia dantesca pelo preceito básico das chamadas ordens mendicantes é recorrente em sua produção poético-filosófica.

No segundo argumento, os hierocratas analisam as circunstâncias da coroação de Carlos Magno. De acordo com eles, como Carlos Magno socorreu o Papado contra os lombardos do rei Desidério, e como ele recebeu do Papado a dignidade imperial, não obstante imperar Miguel em Constantinopla, os descendentes de Carlos Magno que foram imperadores dos romanos são defensores da Igreja e devem se bater por ela. A partir disto, sem maiores esclarecimentos (como Dante relata), eles concluem acerca da dependência entre os dois poderes. Dante, revirando tão insólito argumento, nos informa que a usurpação do direito não cria o direito; se assim o fosse, o que não o é, facilmente se poderia provar, por um argumento similar, que o poder da Igreja depende do imperador. Neste momento Dante nos dá um exemplo, dentre os muitos episódios de deposições de papas por imperadores que tinham ocorrido até sua época, para atestar sua tese: o do imperador Oton que resistiu à Santa Sé o papa Leão e depôs Benedito, que exilou na Saxônia.

Enfim o último argumento hierocrático. Este é retirado do livro décimo da “*Primeira Filosofia de Aristóteles*” (ARISTÓTELES. *Metaf.*, X,I *apud* Dante,s/d: III,XII,200), trabalhado pelos hierocratas e assim citado por Dante:

“(...) onde se diz que todas as coisas que pertencem a um género se reduzem a um único ser que é a medida de todas as coisas que estão sob esse mesmo género; todos os homens pertencem a um único género; logo, devem reduzir-se a um único ser que seja a medida de todos eles. E como o sumo Antites e o Imperador são homens, devem ser reduzidos a um só homem. E como o papa não seja redutível a um outro, resulta que é o Imperador que com todos os outros homens deve ser reduzido ao Papa, considerado medida e regra da humanidade” (DANTE, s/d: III, XII, 200).

Aqui nosso pensador, apesar de reconhecer como verdade o texto aristotélico em si, nega a conclusão hierocrática que submete o imperador ao papa. Como é falso que tudo que existe seja substância, como de fato são os homens; o papa e o imperador são o que são somente por certas relações, o Papado e o Império, estando uma no âmbito da paternidade, e o outro no da dominação. Ou, em outras palavras, uma coisa é ser

homem, o que se é por sua forma substancial; outra a de ser pai e senhor, ou seja, respectivamente papa e imperador, o que só se é por formas acidentais, isto é, relações.

Assim uma é a medida em que os dois devem ser reduzidos enquanto homens, e outra aquela a que devem ser reduzidos como papa e imperador. Como homens, o devem ser ao homem ótimo (*optimus homo*) que é a medida de todos os outros. Entretanto, Papado e Império são relações de proeminência e, assim, devem ser reduzidos à relação de proeminência de que decorrem. O papa e o imperador, então, como relativos que são, devem se reduzir a um ser no qual se encontra, sem características particulares, a própria relação de proeminência. Para Dante, de fato, há apenas duas hipóteses: ou esse ser é Deus, em que está toda relação; ou alguma substância a ele inferior, na qual a relação pura e simples, particularizada por alguma diferença, se transformou em relação de proeminência. Assim Dante vai excluir totalmente a possibilidade de um intermediário humano, já que tanto o Papado quanto o Império dependiam diretamente de Deus. Se havia intermediário, este seria um "anjo", uma espécie de protótipo celeste respectivamente do Papado e do Império.

Analisando esta argumentação, Kantorowicz acredita que o que Dante desejava era que o ser humano fosse compreendido, não apenas num sentido genérico, mas também em um sentido qualitativo: papa e imperador eram comparáveis enquanto homens não simplesmente porque pertenciam à mesma espécie de seres humanos mortais, mais porque o homem em sua forma mais elevada devia determinar a norma que os dois titulares do ofício tinham em comum. Dante, segundo Kantorowicz, apresenta as duas normas que permitem avaliar o papa e o imperador, a de "Deus ou anjo" e a do "Homem ao seu melhor estado". Os ofícios (*papatus* e *imperatus*), estabelecidos por dispensa divina, deviam ser medidos segundo a norma divina (ou angélica). O titular humano do ofício, entretanto, devia ser medido segundo a norma humana. Em outros termos, conclui Kantorowicz, papa e imperador, confinados por suas funções a duas órbitas diferentes, e por conseguinte entidades incomparáveis, se tornam contudo comparáveis quando estavam relacionadas a Deus e ao homem. Eles se tornavam seres medidos segundo as normas divina ou humana, *deitas* ou *humanitas*, normas que correspondem respectivamente ao ofício e a seu titular (KANTOROWICZ, 1989: 332-333).

Poucas passagens da *De Monarchia* instigam tanto os dantólogos como essa. Particularmente a discussão que gira em torno da noção dantesca de *optimus homo*. Para Gandillac, se em Dante se observa nitidamente a existência de duas beatitudes, é, no entanto, triplamente que a Providência intervem na história: pelo pontífice que dispõe dos dons sacramentais indispensáveis à Salvação e de um controle doutrinal sobre a fé, pelo filósofo que possui as luzes da razão e a sabedoria cujos traços são as de uma *donna gentile*, pelo imperador enfim que (com a benção do papa e graças as instruções do "mestre dos sábios", Aristóteles) deverá reinar sobre todo o gênero humano para que os homens alcancem a terrena felicidade (GANDILLAC, 1991: 133).

René A. Gutmann tem semelhante opinião, porém bem mais radical. De acordo com ele, em Dante o imperador foi escolhido por Deus para reger sobre a organização política universal, mas sobre a organização política somente. É preciso um outro chefe supremo para reger tudo o que é ciência, saber, filosofia, o filósofo supremo reconhecido pela maior parte dos homens, em uma palavra Aristóteles. Ao lado dessas duas jurisdições que dominam o mundo terrestre; o mundo "sobrenatural" é o domínio exclusivo do Papado. Ou seja, temos dois mundos e três chefes: no terrestre, o imperador e Aristóteles; no dito sobrenatural, o papa (GUTMANN, 1977: 144).

Segundo Kantorowicz, o fato não somente da idéia do *optimus homo* poder ser identificada ao sábio Aristóteles, mas também que este filósofo-sábio representava, de alguma maneira em uma terceira órbita, uma terceira *dignitas* distinta e independente da do papa ou da do imperador, muito apesar de poder ser até acertada com respeito a outros aspectos, consiste em uma tricotomia, papa-imperador-filósofo, que não coincide com a dualidade bem definida da *De Monarchia*. Ou seja, a norma do *optimus homo* sobre a terra (qualquer que ela seja) e a norma de Deus ou do anjo no céu estavam em estado de equilíbrio, o que correspondia ao equilíbrio dos dois paraísos de Dante, o terrestre e o celeste. Também não se pode conceber o filósofo-sábio como uma terceira entidade na *De Monarchia*, porque esta obra foi escrita precisamente para demonstrar que a função do imperador era conduzir o *genus humanum* à sua perfeição intelectual ou filosófico- terrestre. Ou seja, no sistema da obra, imperador e filósofo coincidem (KANTOROWICZ, 1989: 333-334).

Em nossa opinião, Kantorowicz é quem se aproxima mais da razão. O sistema dantesco é dual, na realidade não só na *De Monarchia*, mas ao longo de toda sua

produção filosófica. De fato não nos parece haver em seu pensamento espaço para uma terceira figura universal, muito menos para um terceiro guia, mesmo porque ele precisa que, além de serem duas as beatitudes, são somente dois os caminhos a seguir para alcançá-las. A idéia do *optimus homo*, provavelmente Aristóteles, em nossa opinião, por um lado funciona na *De Monarchia* como um símbolo, o símbolo da sabedoria humana, e, por outro, sendo sua obra a suma verdade e depositária de todo o saber, nenhum outro homem (inclusive o imperador) pode nesse âmbito o contradizer. Em outras palavras, o imperador, único guia à beatitude terrestre, vai sê-lo mediante uma doutrina filosófica, e uma única, a aristotélica. O fato de que todos os homens enquanto homens se reduzem ao homem ótimo significa apenas, a nosso ver, que eles, enquanto seres humanos, ou seja, seres caracterizados pela sua capacidade intelectual, se explicitam no espécime ou unidade que alcançou o máximo de sua capacidade específica.

Uma vez formulados e rejeitados os principais fundamentos hierocráticos, Dante passa propriamente a demonstração do terceiro livro e vai sustentar a sua tese, ou seja, a da imediatilidade do poder imperial. Tal argumentação será desenvolvida em artigo futuro.

Fontes:

DANTE ALIGHIERI. *Monarchia con Testo a Fronte. Italiano-latino*. Introduzione, Traduzione e Note di Federico Sanguineti. Milano: Garzanti Editore, 1985.

DANTE ALIGHIERI. *Vida Nova & Monarquia*. Tradução dos Originais Italiano e Latino e Prefácio por Carlos de Soveral. Lisboa: Guimarães Editora, s/d.

Bibliografia:

GANDILLAC, Maurice de. *Dante ou la Passion de la Catholicité*. Paris: Téqui, 1991.

GUTMAN, René A. *Dante et sons Temps*. Paris: A.G. Nizet, 1977.

KANTOROWICZ, Ernst. *Les Deux Corps du Roi*. Paris: Gallimard, 1989.

ULMANN, W. "The Growth of Papal Government in the Middle Ages". (1955). In: LOYN, Henry R. (org.) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p.119 - 120.